



# **Câmara Municipal de Pradópolis**

**ESTADO DE SÃO PAULO**

C.M.P. 18/DEZ/2018 12:44 000006602

## **COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO**

### **Voto nº 056/2018**

**Voto** ao Projeto de Lei nº 049, de 13 de dezembro de 2018, do Poder Executivo, que dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 1.334.872,83 no orçamento vigente e dá outras providências.

#### **I – Relatório**

O Prefeito Municipal, Silvio Martins, propõe a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 1.334.872,83 (um milhão, trezentos e trinta e quatro mil, oitocentos e setenta e dois reais e oitenta e três centavos) no orçamento vigente, por meio de anulação de dotações orçamentárias e excesso de arrecadação.

Segundo a mensagem do projeto, a abertura do crédito adicional visa remanejar verbas do Departamento Municipal de Educação para o pagamento de despesas com pessoal e encargos sociais e utilizar recursos oriundos de convênio firmando entre o Município e o Governo Federal para o pagamento de remanescente final da obra do CEMA “Dorival Rossi”.

Entretanto, diferentemente do que menciona a Mensagem, o texto normativo dispõe que o crédito adicional suplementar pretendido será coberto unicamente por excesso de arrecadação, sem o remanejamento de dotações orçamentárias.

Em 13 de dezembro de 2018, o Prefeito Municipal solicitou a convocação de sessão extraordinária para deliberação do projeto em apreço, conforme Ofício Especial protocolado nesta Casa de Leis sob o nº 000006587, a qual foi realizada por meio do Edital de Convocação nº 017, de 14 de dezembro de 2018.

#### **II – Análise**

Primeiramente, não se verifica qualquer inconstitucionalidade ou ilegalidade formal no projeto em apreço, uma vez observadas as disposições dos art. 37, IV, da Lei Orgânica do Município, e do art. 61, §1º, II, “b”, da CF/88, no que tange à iniciativa exclusiva do Chefe do Poder Executivo Municipal para projetos de lei que autorizem a abertura de créditos adicionais suplementares no orçamento vigente.

Ressalta-se que o projeto observa as disposições da Lei Municipal nº 1.518/2017 (Lei de Diretrizes Orçamentárias), e da Lei Municipal nº 1.540/2017 (Lei Orçamentária Anual) acerca da abertura de créditos adicionais suplementares no exercício financeiro de 2018.

Quanto ao mérito, destaca-se, primeiramente, que a aplicação de recursos para pagamento dos vencimentos dos servidores e servidoras municipais (incluindo os encargos sociais) do Departamento Municipal de Educação visa assegurar a sua remuneração, conferida nos termos do art. 39 da CF/88.

Ademais, no que tange à aplicação de recursos na área da educação para o pagamento das obras finais do Projeto CEMA “Dorival Rossi”, a Administração Pública Municipal cumpre com o dever de proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência, além de oferecer os insumos necessários à boa qualidade da educação pública, nos



# Câmara Municipal de Pradópolis

ESTADO DE SÃO PAULO

termos do art. 5º, V, da Lei Orgânica do Município; do art. 23, V, da CF/88; e da Lei Federal nº 9.394/1996.

Não obstante, a aplicação de recursos financeiros proveniente de excesso de arrecadação, de uma forma geral, cumpre com o dever da Administração Municipal de atuar com responsabilidade na gestão fiscal, mantendo o equilíbrio das contas públicas mediante o cumprimento de metas de resultado entre receitas e despesas, bem como obedecendo aos limites e condição de geração de receitas e despesas, nos termos do artigo 1º, §1º, da Lei Complementar nº 101/2000.

Por fim, observa-se que o projeto em tela não apresenta qualquer incongruência lógica, gramatical ou textual.

### III – Voto

Em face do exposto, o projeto reveste-se de boa forma constitucional, legal e jurídica, e de boa técnica legislativa; no mérito, também deve ser acolhido.

Voto, portanto, pela sua aprovação.

Sala das Comissões, 18 de dezembro de 2018.

*[Assinatura]*  
"PELAS  
CONCLUSÕES"

**DANIEL DE SOUZA SILVA**  
Relator

"PELAS  
CONCLUSÕES"  
*[Assinatura]*





# Câmara Municipal de Pradópolis

**ESTADO DE SÃO PAULO**

C.M.P. 18/DEZ/2018 12:45 000006603

## RESULTADO DA VOTAÇÃO DO RELATÓRIO DO RELATOR

### Parecer da Comissão de Justiça e Redação

**Nº 056/2018**

A Comissão de Justiça e Redação, em sessão de 18 de dezembro de 2018, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa; e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 049, de 13 de dezembro de 2018.

Estiveram presentes os Senhores Vereadores Daniel de Souza Silva, Fabio Pereira da Costa e Nelson Cândido de Souza.

Sala das Comissões, 18 de dezembro de 2018.

  
DANIEL DE SOUZA SILVA

Presidente da Comissão

  
FABIO PEREIRA DA COSTA

Vice-Presidente

  
NELSON CÂNDIDO DE SOUZA

Membro

